


## **INTERSECCIONALIDADE COMO FERRAMENTA EDUCACIONAL: uma abordagem de aprendizagem baseada em projetos para solução didática aplicada em estudos de geografia da população**

*Intersectionality as an Educational Tool: a project-based learning approach for didactic solutions applied to population geography studies*

*La interseccionalidad como herramienta educativa: un enfoque de aprendizaje basado en proyectos para soluciones didácticas aplicadas a los estudios de geografía de la población*

Mariana Reicher Triverio   
ProfGeo-Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
[marianareicher@gmail.com](mailto:marianareicher@gmail.com)

### **RESUMO**

O presente trabalho objetiva apresentar um projeto de pesquisa desenvolvido enquanto estudante do Programa de Pós-Graduação em Mestrado Profissional em Ensino de Geografia em Rede Nacional - ProfGeo, que sugere fazer uso do conceito de interseccionalidade nos estudos relativos à população, a partir da perspectiva de estudantes do segundo segmento do Ensino Fundamental. Foi elaborado um recurso educacional que propôs aos estudantes a criação de um registro material, onde expressaram reflexões sobre como as pessoas são lidas pela sociedade mediante sistemas de poder relacionados a gênero, raça, classe social e sexualidade. Para conduzir o projeto de pesquisa, quanto ao recurso educacional, aqui tratado como solução educacional, foi utilizada uma metodologia ativa de ensino. A metodologia de aprendizagem baseada em projetos, foi escolhida para desenvolver o recurso, desde a etapa de planejamento até a sua aplicação, devido à condição de promover em sala de aula, um ambiente de aprendizagem onde os estudantes participam ativamente do processo construtivo de ensino, fazendo uso de sua criatividade para interpretar, relacionar e ler dados que se articulam com as suas realidades, tanto individual quanto coletivamente. Ambas as etapas, planejamento e aplicação, foram fundamentais para validarem o protótipo do recurso educacional, um atlas apresentando os dados criados pelos estudantes. Esse trabalho busca refletir como se comportam os raciocínios geográficos e o pensamento espacial de estudantes do Ensino Fundamental quando atravessados pelo conceito de interseccionalidade a partir de algumas de suas categorias analíticas.

**Palavras-chave:** Interseccionalidade; Ensino de Geografia; Geografia da População; Aprendizagem Baseada em Projetos.

### **ABSTRACT**

This paper presents a research project developed while enrolled in the Professional Master's Program in Geography Teaching in the National Network - ProfGeo, which proposes using the concept of intersectionality in population studies, from the perspective of Upper elementary school students. A tangible educational resource was created in which students create a physical record where they expressed reflections on how people are perceived by society through power systems related to gender, race, social class, and sexuality. To conduct the research project, regarding the educational resource, treated here as an educational solution, an active teaching methodology was used. The project-based learning approach was used to

develop the resource, from the planning stage to its application, due to its ability to promote a learning environment in the classroom where students actively participate in the constructive teaching process, using their creativity to interpret, relate, and read data that connect with their realities, both individually and collectively. Both stages, planning and application, were fundamental to validating the prototype of the educational resource, an atlas presenting the data created by the students. This work aims to examine how elementary students's geographical reasoning and spatial thinking respond when exposed to the concept of intersectionality, based on some of its analytical categories.

**Keywords:** Intersectionality; Geography Education; Population Geography; Project-Based Learning.

## RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo presentar un proyecto de investigación desarrollado durante la Maestría Profesional en Enseñanza de la Geografía en la Red Nacional - ProfGeo, que propone el uso del concepto de interseccionalidad en estudios poblacionales, desde la perspectiva de estudiantes de segundo ciclo de Educación Primaria. Se desarrolló un recurso educativo que proponía a los estudiantes la creación de un registro material donde expresaran reflexiones sobre cómo la sociedad percibe a las personas a través de sistemas de poder relacionados con el género, la raza, la clase social y la sexualidad. Para llevar a cabo la investigación, en relación con el recurso educativo, considerado aquí como una solución educativa, se empleó una metodología de enseñanza activa. Se optó por la metodología de aprendizaje basado en proyectos para desarrollar el recurso, desde la fase de planificación hasta su aplicación, debido a su capacidad para promover un ambiente de aprendizaje en el aula donde los estudiantes participan activamente en el proceso de enseñanza constructiva, utilizando su creatividad para interpretar, relacionar y leer datos que se articulan con sus realidades, tanto individual como colectivamente. Ambas etapas, la de planificación y la de implementación, fueron fundamentales para validar el prototipo del recurso educativo, un atlas que presenta los datos creados por los estudiantes. Este trabajo busca reflexionar sobre cómo se comporta el razonamiento geográfico y el pensamiento espacial de estudiantes de primaria cuando son expuestos al concepto de interseccionalidad, a partir de algunas de sus categorías analíticas.

**Palabras clave:** Interseccionalidad; Educación Geográfica; Geografía de la Población; Aprendizaje Basado en Proyectos.

## 1 INTRODUÇÃO

Existem temas propostos nas aulas de Geografia do ensino fundamental, anos finais, com uma propensão inerente ao debate e à reflexão por parte dos discentes, numa perspectiva de análise que considera suas próprias existências. Se for considerado o conjunto de objetos de conhecimento que integram população brasileira e características demográficas, podem ser mencionados temas como as migrações e os indicadores demográficos com essa propensão. O primeiro se destaca pelo fato de que a população se movimenta, em diferentes escalas, e muitas vezes, em sala de

aula, temos relatos de estudantes sobre si ou seus familiares que emigraram, possibilitando transpor conceitualmente esse fenômeno para primeira pessoa. Quanto ao segundo, é possível que os estudantes analisem, interpretem os dados quantitativos e ponderem a evolução de perfis populacionais e suas projeções, realizando comparações a partir da observação do seu entorno. Em ambos os exemplos, é evidente o potencial de se estabelecer uma correlação orgânica entre conteúdo e discurso, favorecendo, uma participação mais agregadora dos discentes em sala de aula.

A possibilidade de uma leitura quantitativa promovida pelos dados estatísticos, e pela interpretação desses dados, pode repercutir em uma leitura qualitativa e comparativa pelos estudantes. Taxa de natalidade, fecundidade e expectativa de vida no Brasil, em diferentes décadas, quando apresentadas aos discentes, estimulam a reflexão, a busca por apontamentos a partir de suas vivências, e de suas próprias impressões.

Por isso, inserir o conceito de interseccionalidade a ambas as leituras, quantitativa e qualitativa, confere aos estudos de população uma “sensibilidade analítica” (Akotirene, 2019), que fundamenta a sua problematização a partir da vivência. A abrangência de sistemas de poder ou eixos de opressão, a saber: gênero, raça, classe e, sexualidade, e sua interação, promovem recortes relativos às individualidades, influenciando na vida dos sujeitos; seja os excluindo, ou os privilegiando na vida em sociedade, em espaços, nos acessos a serviços, na sua construção e imaginário social (Collins, 2017).

Para materializar a apreensão da relação entre o conceito de interseccionalidade e seus sistemas, com os indicadores demográficos, foi proposto aos discentes do sétimo ano do ensino fundamental a realização de um atlas com os dados obtidos pela turma, sobre os estudantes, suas origens e o bairro onde vivem, paralelamente ao desenvolvimento dos eixos temáticos Espaço, lugar e paisagem, Sujeito e identidade, que constam no currículo carioca de Geografia. A iniciativa de construir um atlas surgiu em decorrência da escolha da metodologia de aprendizagem baseada em projetos. Essa metodologia objetiva desenvolver um projeto a partir de uma questão orientadora, em etapas, “em um extenso processo de investigação estruturado em torno de questões complexas e autênticas” (Markhan; Larmer; Ravitz, (2008), tendo um recurso material como resultado do processo executado.

A questão orientadora do projeto consistiu em provocar nos discentes a reflexão sobre como o estudo dos indicadores demográficos, articulado ao conceito de interseccionalidade, permite compreender que os sistemas de poder ou eixos de opressão produzem atravessamentos distintos nos indivíduos. Seguindo esse raciocínio, interpretar os indicadores demográficos para compreender a população brasileira e a configuração da vida em sociedade, tanto no seu entorno quanto em outras escalas.

## **2 REVISÃO DE LITERATURA**

A população, a despeito de não ser o objeto de estudo da ciência geográfica, não deixa de ser de suma importância porque aborda relações humanas que se justapõem no espaço geográfico, o que é enfatizado por Mormul (2013). Pensando nisso, argumenta-se como esse contexto vem sendo abordado com estudantes da educação básica, especialmente aqueles que estão no segundo segmento do Ensino Fundamental. Pontuschka *et al* (2009), aponta que a Geografia:

como ciência humana, pesquisa o espaço produzido pelas sociedades humanas, considerando-a como resultado do movimento de uma sociedade em suas contradições e nas relações estabelecidas entre os grupos sociais.

A partir desse pensamento, é possível sintetizar como os estudos populacionais, quantitativo e qualitativo, ao tratar do espaço produzido pelas sociedades, está abordando relações estabelecidas entre grupos sociais. Acrescenta-se à essa reflexão sobre os estudos populacionais, a importância de incluir

do papel das políticas oficiais explícitas ou não declaradas e seus efeitos na redução da fecundidade, aliadas à ação dos meios de comunicação, da urbanização, do novo papel que a mulher vem assumindo na organização e na execução da produção e dos serviços, etc. (Rosa, 1997, p. 10).

Diante da perspectiva de atualização dessas relações estabelecidas entre grupos sociais, somada à inclusão dos fatores anteriormente elencados nos estudos populacionais, é possível afirmar a necessidade de sua revisão no âmbito do ensino de Geografia na educação básica. Somado a isso, em um contexto de

estabelecimento da Lei<sup>1</sup> que tornou obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, o questionamento sobre qual é o papel que a geografia da população pode desempenhar para contribuir com uma educação étnico-racial efetiva. Algumas iniciativas já estão ocorrendo, em termos gerais, o papel da mulher<sup>2</sup>, por exemplo. Porém, verificar novos arranjos sociais ascendentes, como gêneros dissidentes, desigualdades mediante sistemas de opressão e estruturas familiares com arranjos monoparentais ainda apresentam lacunas. Diante desses aspectos, é inevitável a reflexão provocada pela afirmação de Coelho e Souza (2022): “Os debates étnico-raciais, de gênero, orientação sexual, dentre tantos outros, muitas vezes permanecem invisibilizados na escola, promovendo um silêncio desconcertante”.

Há de se considerar a existência de pensamentos tão entranhados no nosso imaginário coletivo, destacando-se: a impressão de que o Brasil, “(...) é um país onde as relações raciais são harmoniosas” (González, 1983), que urge a sua desconstrução, em prol do sujeito social em vias de emancipação, desde a infância. Para além da naturalização do racismo, da imposição de uma pretensa igualdade racial e harmônica, além dos estereótipos, os dados reforçam a existência de um desenvolvimento econômico e social desigual conforme os recortes de gênero, raça, classe e sexualidade no país.

Logo, acrescentar à análise desses dados o conceito de interseccionalidade, viabiliza-se aos estudantes, diretamente, uma leitura substancial da população em suas nuances de desigualdade, sem generalizá-la. Por conseguinte, se aproveitada a propensão de que a geografia da população é imbuída ao debate e a reflexão dos estudantes, ao “considerar o saber e a realidade do aluno como referência para o estudo de espaço geográfico” é possível que a Geografia e a prática de ensino potencializem “o cumprimento de papéis politicamente voltados aos interesses das classes populares” (Cavalcanti, 1998).

A título de exemplificação, para correlacionar dados quantitativos ao conceito de interseccionalidade, observa-se a seguir uma sequência de pirâmides etárias,

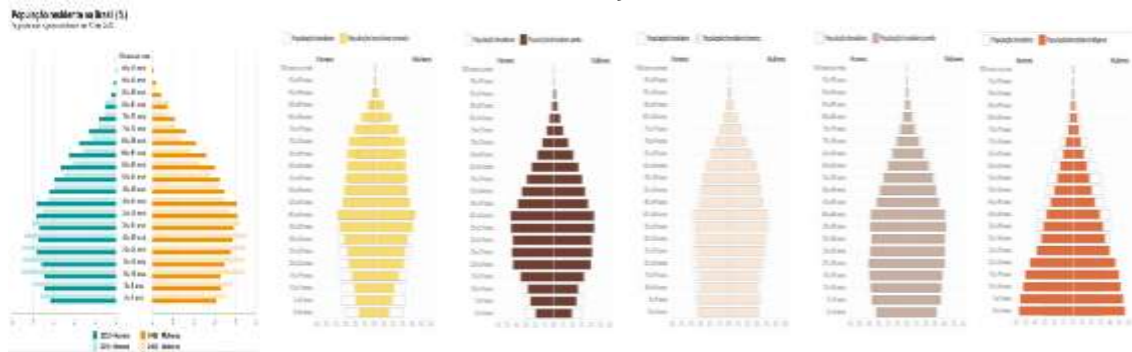
---

<sup>1</sup> A Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2013 “altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências.” A Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008 inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Disponível em L10639 e Portal da Câmara dos Deputados, acesso em 11 de dezembro de 2025.

<sup>2</sup> Os materiais didáticos de Geografia já vêm abordando temáticas relativas a diferenças salariais por gênero, além das famílias chefiadas por mulheres, contudo, há lacunas quanto a correlação desses dados com outros sistemas de opressão, especialmente cor ou raça, classe e sexualidade.

gráfico que apresenta informações sobre a população, mediante gênero, faixa etária e seus respectivos quantitativos. Nota-se a diferença entre a pirâmide com dados gerais, daquelas em que a população está separada por cor ou raça:

**Figura 01** – Pirâmides etárias – população residente no Brasil, população brasileira por cor ou raça



**Fonte:** IBGE Educa, 2025 e G1, 2025.

O percurso teórico do conceito de interseccionalidade vem se delineando a partir do século passado, se considerado desde quando foi cunhado oficialmente, em 1989, pela advogada e ativista estadunidense Kimberlé Crenshaw. Conforme Collins (2017), Crenshaw estava

familiarizada com o trabalho por justiça social dos movimentos. Nesse sentido, foi idealmente posicionada na convergência dos estudos de raça/ classe/ gênero na academia, assim como na centralidade de iniciativas de justiça social para a mudanças legais e sociais que fizeram avançar argumentos da interseccionalidade.

A partir de um caso judicial nos Estados Unidos, em 1976, Crenshaw defendeu cinco mulheres negras que processaram a empresa General Motors. Elas alegaram que sofriam discriminação no emprego por serem mulheres negras. A empresa havia um histórico de contratação que se estruturava em direcionar para homens negros os cargos para o trabalho industrial/fábrica e mulheres brancas para funções administrativas. Com isso, mulheres negras quase não eram contratadas. Porém, a decisão do tribunal rejeitou a ação com o argumento de que: não havia discriminação racial, porque homens negros eram contratados, nem discriminação de gênero, porque mulheres brancas eram contratadas. Nesse sentido quando o sistema jurídico analisou raça e gênero separadamente, ao desconsiderar a condição dessas

mulheres evidenciou para a advogada uma hierarquia de poder onde mulheres negras são submetidas a um conjunto de opressões e desigualdades.

Pensadoras, pesquisadoras, ativistas, de diferentes países promovem reflexões a partir do conceito e o aplicam em suas perspectivas como uma ferramenta de análise. Emanuelle Goes (2015) considera que

nas trajetórias das mulheres negras há um entrelaçamento de várias estruturas de opressão e desigualdades, sendo que raça e gênero são os principais fatores responsáveis que conduzem às diferenças de classe (...), determinando as condições de vida, sua oportunidade de escolarização, de ascensão no mercado de trabalho, o acesso a melhores empregos e renda, ao ensino superior e aos serviços de saúde.

Retomando Crenshaw (1989):” diferentes sistemas de opressão se cruzam e produzem experiências sociais específicas”. Ou seja, a interseccionalidade ocorre mediante os sistemas de opressão, afetando grupos em diferentes perspectivas. Por isso o presente trabalho visa considerar esse conceito nos estudos de população, já que a pesquisa se desenvolveu em uma escola localizada na periferia da cidade do Rio de Janeiro, com estudantes majoritariamente autodeclarados pretos e pardos, entendendo que “a vivência do racismo é diferente para homens e mulheres, assim como as singularidades vividas por mulheres negras e brancas” (Werneck, 2005). A referida autora apresenta a seguinte definição para o conceito de interseccionalidade e por conseguinte, balizar o desenvolvimento do recurso educacional:

A ocorrência do racismo e do sexismo e suas intensidades sobre pessoas e grupos populacionais vai impactar de forma simultânea, sincrônica, não sendo possível separá-los ao longo da experiência concreta de cada indivíduo ou povo. É a isto que chamamos de interseccionalidade, nos diz Jurema Werneck (2005).

Nesse sentido, buscou-se realizar o levantamento dos dados numa dimensão hierárquica do geral para o local. Considerando os recortes interseccionais para analisar a população brasileira, em um momento e posteriormente, a partir do que os estudantes pesquisaram sobre si.

### **3 O CAMINHO METODOLÓGICO DA APRENDIZAGEM BASEADA EM PROJETOS**

O caminho metodológico, termo cunhado por Damasceno (2025), delinea como se desenvolve a metodologia de aprendizagem baseada em projetos. Desde antes de sua aplicação com os estudantes, esse caminho já se constitui, e isso expressa o seu teor. Espera-se que o professor, ao utilizar essa metodologia inovativa, já tenha em mente pressupostos quanto ao produto e seu resultado. A partir de Markhan; Larmer; Ravitz, (2008), pode-se concluir que ao realizar um projeto nos moldes da ABP, o professor deve “iniciar pelo fim”

O planejamento do projeto foi desenvolvido a partir dos seguintes elementos: o diagnóstico da área de estudo, a questão orientadora, o ambiente de aprendizagem desejado, o cronograma de etapas das atividades, avaliação do projeto, rubrica analítica e o produto (solução educacional).

Tendo em mente que a solução educacional deveria assumir o envolvimento dos discentes com a pesquisa e a elaboração de um “produto”, a partir de suas experiências, um atlas, por se aplicar “a um conjunto de dados sistematicamente organizados sobre determinado assunto e que servem de referência para a construção de informações” (IBGE, 2023), foi considerado muito apropriado para fazer parte do projeto e da pesquisa.

O atlas foi delineado para constituir duas perspectivas: conteúdos relacionados aos objetos de conhecimento constantes no currículo carioca sobre população brasileira e demografia, em que os estudantes realizaram uma leitura geral do panorama demográfico brasileiro contemporâneo, e uma perspectiva voltada para a produção de dados dos discentes, gerados por eles mesmos. Nesse caso, foram realizadas etapas sobre autodeclaração de cor ou raça e a confecção de um minicenso, com as informações coletadas, apuradas e interpretadas sobre os próprios estudantes. O projeto foi concluído com a aplicação da rubrica analítica e a montagem do atlas com os materiais elaborados nas etapas anteriores.

### **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Após o planejamento das etapas do projeto, a primeira aplicação ocorreu

durante o ano letivo de 2024, para 3 turmas, totalizando em um alcance de 83 estudantes. No ano seguinte, após alguns ajustes, o projeto foi aplicado em 4 turmas, totalizando 210 estudantes. Embora as etapas tenham sido aplicadas seguindo os mesmos critérios, cada turma teve o seu próprio percurso e resultados, o que era esperado, uma vez que se pretendia incentivar em cada sala de aula, o despertar para o trabalho colaborativo e iniciativas criativas, evidenciando que cada turma apresentava o seu perfil.

Foi possível observar que na primeira aplicação, a criação dos estudantes foi direcionada para temas como a autodeclaração de cor ou raça, as origens familiares, a diversidade da população e a indignação quanto a situações que os indivíduos são submetidos diante do racismo e algumas de suas vertentes (racismo estrutural, recreativo e institucional), misoginia e desigualdades de acessos. O conceito de interseccionalidade foi trabalhado nesse processo, tendo sido utilizados vídeos de curta duração e trechos de filmes de longa duração para motivar o debate e a expressão de ideias e reflexões.

Diante da avaliação dos resultados da primeira aplicação, notou-se a necessidade de aprimorar etapas referentes aos indicadores demográficos e suas interpretações à luz da interseccionalidade. A adoção de publicações como o Atlas da Violência (IPEA), o Atlas da Desigualdade (Casa Fluminense) e a Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (IBGE) foi fundamental. Destacam-se, nesse sentido, a integração de indicadores aos dados fornecidos pelas referidas publicações com recortes interseccionais.

Como exemplo, temos o mapa elaborado pelos estudantes a partir da sobreposição de dados (figura 02): média salarial, acesso a saneamento básico, no estado do Rio de Janeiro. Os estudantes realizaram o recorte desses dados para a região metropolitana e no município, para o bairro da escola e proximidades. Além da montagem dessas camadas de dados para a área de estudo, foi realizada a interpretação do material resultante, os estudantes escreveram suas análises sobre a média salarial da população em seus bairros, bem como o acesso, ou a desigualdade de acesso quanto a coleta e tratamento de esgoto. Posteriormente, os estudantes foram indagados sobre quais intersecções são notadas a partir desse mapa, bem como seus reflexos no cotidiano.

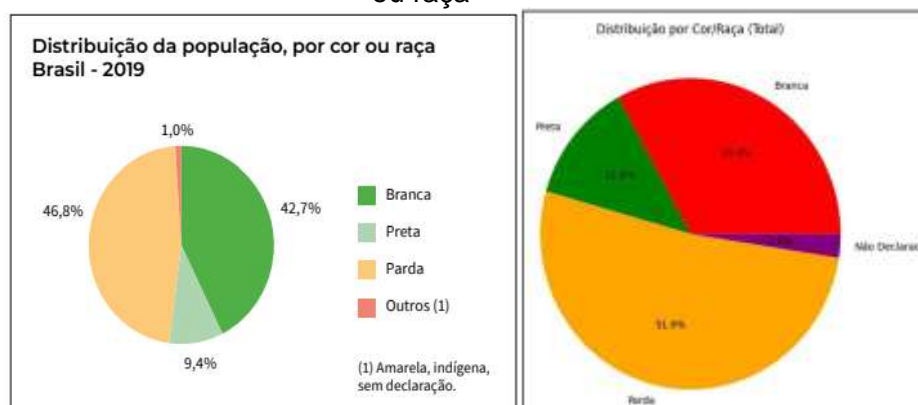
**Figura 02** – Mapa em sobreposição de dados na área de estudo.



**Fonte:** elaborado pela autora e estudantes, 2025.

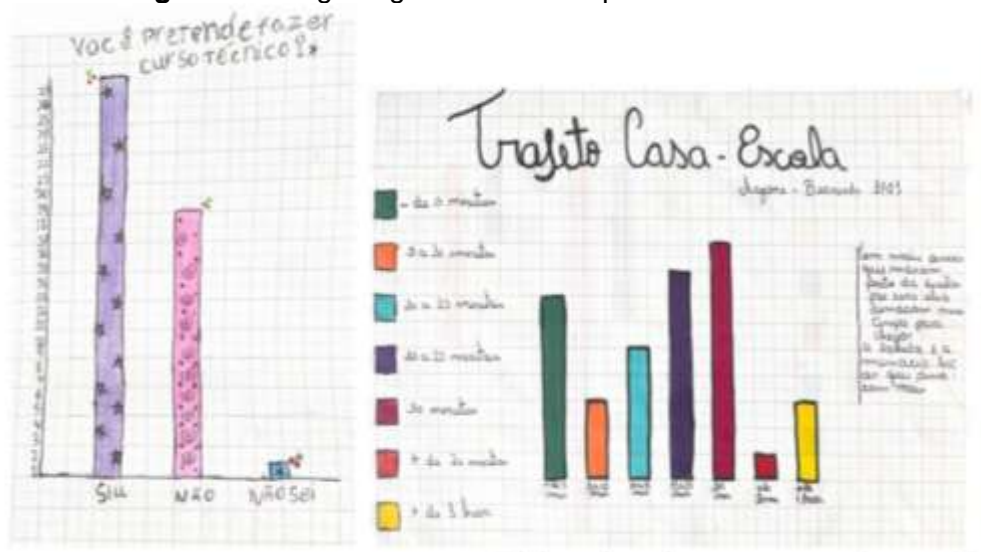
A prática sobre autodeclaração de cor ou raça se desenvolveu em algumas etapas: promoveu a leitura de um texto sobre as razões para que a população brasileira se autodeclare, o que repercutiu oportunamente, pois debatemos sobre o aspecto social desse artifício, em detrimento de qualquer justificativa biológica. Obtivemos com a gestão da escola, o quantitativo de estudantes da escola conforme a sua autodeclaração, que serviu para a elaboração de um gráfico digital utilizado para comparação com dados do último Censo Demográfico do IBGE (figura 03). A partir dessas atividades, os discentes realizaram suas reflexões, em diferentes linguagens (figura 04).

**Figura 03** – Gráficos sobre a distribuição da população brasileira e dos estudantes por cor ou raça



**Fonte:** Atlas Geográfico Escolar, 2023 e gráfico elaborado pelo Professor Fábio Braga, 2024.

**Figura 04** – Alguns gráficos feitos a partir do minicenso



**Fonte:** estudantes da turma 1701, 2025.

O minicenso foi elaborado com 10 perguntas relacionadas ao arranjo familiar, o bairro onde os estudantes vivem, seus hábitos de lazer e perspectivas para o término do ensino fundamental (figura 05). Organizados em grupos, os próprios estudantes se entrevistaram, apuraram e interpretaram suas respostas. Posteriormente, os grupos fizeram gráficos em diferentes formatos sobre os dados apurados.

**Figura 05** – Entrevista e apuração do minicenso.



**Fonte:** a autora, 2024.

O projeto foi finalizado com uma rubrica analítica. A rubrica é uma avaliação de

competências elaborada com itens referentes às etapas de desenvolvimento do projeto, respondida individualmente pelos estudantes. “As rubricas têm sido usadas em salas de aula há muito tempo, (...) elas ajudam na estruturação das tarefas (...) e podem avaliar quase todo o trabalho em uma unidade de Aprendizagem Baseada em Projetos (...)” (Bender, 2014).

Seguindo o protocolo da metodologia de aprendizagem baseada em projetos, foi elaborada uma rubrica analítica, pois “proporciona múltiplos indicadores que permitem a análise de várias partes da tarefa como um todo” (Bender, 2014). O quadro a seguir, exhibe uma sugestão de rubrica analítica que relaciona os critérios que estruturaram o projeto a níveis de desempenho.

**Quadro 01 – Rubrica analítica.**

Modelo de rubrica centrada no atlas colaborativo elaborado pelos estudantes através do Projeto PBL – 7º ano			
Critérios	Níveis de Desempenho		
	Avançado (2,0)	Intermediário (1,5)	Básico (1,0)
Texto	<p>Consegue ligar muito bem o assunto, a ideia principal e a organização do texto quando escreve.</p> <p>Mostra que entendeu o que leu, consegue resumir as ideias e explicar sua opinião com clareza.</p> <p>Participa usando palavras adequadas, se comunica com facilidade e colabora com os colegas.</p>	<p>Entende a relação entre o assunto, a ideia principal e a organização do texto quando escreve.</p> <p>Consegue mostrar que entendeu, resumir e dar sua opinião, mas ainda tem um pouco de dificuldade para fazer isso com mais segurança.</p> <p>Usa palavras adequadas na maioria das vezes, mas ainda pode melhorar.</p>	<p>Tem dificuldade para ligar o assunto, a ideia principal e a organização do texto quando escreve. Ainda não consegue mostrar bem que entendeu, resumir as ideias ou explicar sua opinião.</p> <p>Precisa melhorar o uso das palavras e da linguagem para que o texto fique mais claro.</p>
Imagem	<p>Imagens bem executadas, informativas para os leitores, integradas ao propósito do material.</p>	<p>Imagens bem executadas, embora não estejam pertinentes ao propósito do material, reduzindo a carga informativa aos leitores.</p>	<p>Ausência de imagens ou utilização de imagens que não promovem integração ao material proposto ou informação aos leitores.</p>
Mapas colaborativos	<p>Atendeu aos requisitos de composição do produto, acrescentando elementos criativos e expressando ideias.</p>	<p>Atendeu parte dos requisitos de composição do produto, elementos criativos e de expressão de ideias limitados.</p>	<p>Atendeu escassamente aos requisitos de composição do produto, pouca ou nenhuma evidência de inclusão de elementos criativos e de expressão de ideias.</p>
	<p>Os dados estão bem explicados e foram retirados de instituições confiáveis.</p> <p>A fonte das informações é</p>	<p>Os dados estão explicados corretamente e foram retirados de instituições confiáveis.</p>	<p>Não fica claro de onde os dados foram retirados, nem se vieram de instituições confiáveis.</p>

Dados estatísticos	indicada corretamente, incluindo o ano em que foram publicadas. Os dados estão organizados nas partes certas do trabalho, o que permite criar uma linha do tempo mostrando como os resultados mudaram ao longo do tempo.	Eles estão organizados nas partes certas do trabalho. Foram usados apenas os dados mais recentes. Por isso, não é possível fazer uma linha do tempo para mostrar como os resultados mudaram ao longo dos anos.	As fontes não foram conferidas ou indicadas corretamente. Os dados não estão organizados nas partes certas do trabalho, o que pode causar erros e dificultar a compreensão das informações.
Diagramação	Cumpriu minuciosamente as etapas gráficas.	Cumpriu, com alguma dificuldade, as etapas do projeto gráfico planejado.	Etapas incompletas, com pouca ou nenhuma conformidade com o planejamento.
Pontuação			
Outras considerações			
Estudante			

**Fonte:** elaborado pela autora, 2024.

A rubrica foi respondida por todos os estudantes que participaram do projeto. As pontuações, obtidas a partir da soma de cada critério autoavaliado pelos estudantes, variou de 5,5 a 10,0. A aplicação da rubrica se desenvolveu com a explicação do que seria essa etapa, seguida da leitura coletiva dos itens e níveis de desenvolvimento para posterior. Os estudantes escreveram algumas considerações sobre a elaboração do projeto e o uso do conceito de interseccionalidade.

Finalizamos a prática e testagem do projeto com a montagem dos atlas (figura 06). Como as atividades foram desenvolvidas manualmente, priorizamos manter as suas características originais em detrimento de digitalizá-los. Com isso, agrupamos todo o material em uma pasta, por turma. Os estudantes organizaram as respectivas capas e dividiram o atlas conforme a sequência de informações que escolheram.

**Figura 06** – Capas dos atlas criados pelos estudantes



**Fonte:** elaborado pelos estudantes do Projeto PBL, 2024.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A perspectiva ainda vigente em geografia da população no ensino escolar, relacionada às médias estatísticas que consideram aspectos gerais da população brasileira apresentam desafios, uma vez que são, muitas vezes, desarticulados das realidades de estudantes do ensino fundamental anos finais. Aliar o conceito de interseccionalidade ao conhecimento produzido nos estudos de geografia da população, viabilizou um refinamento nas análises quantitativa e qualitativa desse conhecimento, pela aproximação com os recortes, especialmente de gênero, cor ou raça e classe.

Observou-se que a leitura dos indicadores demográficos estudados com o recorte gênero, cor ou raça, classe e sexualidade, sendo acrescido localização, incentivou os estudantes, em suas múltiplas realidades, a avaliarem como eles se inserem nesses indicadores, fazendo sua leitura e identificando quais intersecções são as suas. A partir deste movimento (leitura dos indicadores e interseccionalidade), espera-se que os estudantes questionem privilégios de acessos e exijam reparações a desigualdades que muitos se deparam tão precocemente.

O desenvolvimento de um atlas enquanto projeto final estabeleceu diálogos frutíferos entre discentes e a professora. Através da aplicação da metodologia de aprendizagem baseada em projetos se propôs o incentivo aos estudantes a expressarem suas ideias de maneira criativa, colaborativa, desenvolvendo uma rotina de pesquisa, criação e leitura de dados, considerando suas identidades e vivências.

O presente trabalho pretendeu descrever como se desenvolveu a adoção da metodologia de aprendizagem baseada em projetos integrada aos estudos de geografia no ensino fundamental. Essa integração foi tecida com atributos planejados conforme o perfil dos estudantes, com a intenção de promover a superação de qualquer noção engessada do componente curricular. Entendendo a singularidade de cada realidade escolar, espera-se que essa experiência relatada possa contribuir para o debate sobre metodologias ativas e possibilidades pedagógicas no ensino de Geografia.

## REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Editora Polén, 2019.

BENDER, W. N. **Aprendizagem baseada em projetos - educação diferenciada para o século XXI**. Porto Alegre: Penso, 2014.

CAVALCANTI, L. de S. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. São Paulo: Papirus Editora, 1998.

COELHO, D. D. SOUZA, L. A. de. Geografia da população e a prática de ensino: a proposta de uma cartilha sob o viés da diversidade sexual. **Ensaios de Geografia**, Niterói, v. 8, n. 17, p. 15-44, jul. 2020. Disponível em: [https://periodicos.uff.br/ensaios\\_posgeo/article/view/51924/32585](https://periodicos.uff.br/ensaios_posgeo/article/view/51924/32585) Acesso em: 08 de dezembro de 2023.

COLLINS, P. H. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. **Parágrafo**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 6–17, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/559>. Acesso em: 06 abr. 2026.

CRENSHAW, K. Demarginalizing the intersection of race and sex: a Black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. **University of Chicago Legal Forum**, Chicago, v. 1989, n. 1, p. 139–167, 1989. <https://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8>. Acesso em: 09 de agosto de 2023.

DAMASCENO, I. **Aprendizagem Baseada em projeto nas séries iniciais do Ensino Fundamental: um caminho possível**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2025. Disponível em: [https://arquivos.pedroejoaoeditores.com.br/wp-content/uploads/2025/08/03162718/EBOOK\\_Aprendizagem-baseada-em-projeto-no-ensino-de-geografia.pdf](https://arquivos.pedroejoaoeditores.com.br/wp-content/uploads/2025/08/03162718/EBOOK_Aprendizagem-baseada-em-projeto-no-ensino-de-geografia.pdf). Acesso em: 20 de outubro de 2025.

GOES, E. F. **Mulheres negras em marcha: esses passos vêm de longe**. Geledés – Instituto da Mulher Negra, 2015. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/mulheres-negras-em-marcha-esses-passos-vem-de-longe/>. Acesso em: 15 de julho de 2024.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984, p. 223-244. Disponível em: <https://patriciamagno.com.br/wp-content/uploads/2021/04/GONZAL1.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Atlas geográfico escolar**. 9. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

MARKHAM, T., LARMER, J., & RAVITZ, J. **Aprendizagem baseada em Projetos: guia para professores de ensino fundamental e médio**. 2 ed. Porto Alegre: Artmed,

2008.

MORMUL, F. **Educação, gênero e relações étnico-raciais**: contribuições do feminismo negro para a formação de professores. 2013. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

PONTUSCHKA, N. NACIB; P., TOMOKO I.; CACETE, N. **Para ensinar e aprender Geografia**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

RUA, J. Repensando a geografia da população. **Geo UERJ**, v. 1, p. 57–72, 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/geouerj/article/view/21753>. Acesso em: 05 out. 2023.

WERNECK, J. Racismo institucional e saúde da população negra. In: BATISTA, L. E.; WERNECK, J.; LOPES, F. (Org.). **Saúde da população negra**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. p. 17–24.

Histórico do artigo Recebido: fevereiro de 2026. Aceito: março de 2026. Publicado: abril de 2026.
--